

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DO
TRIBUNAL DO JÚRI DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA
DE XXXXXXXX-XX**

Referente ao processo n.º XXXXXX

FULANO DE TAL, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX, apresentar suas

ALEGAÇÕES FINAIS POR MEMORIAIS

pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

1- RESUMO DOS FATOS

O acusado responde a ação penal pela suposta prática do crime previsto nos arts.121, §2º, IV do Código Penal, contra a vítima **FULANO DE TAL**.

Narra a exordial acusatória que no dia dos fatos o acusado **FULANO DE TAL**, juntamente com os corréus **FULANO DE TAL** e **FULANO DE TAL**, agiram com

união de desígnios para a prática de homicídio qualificado pelo recurso que dificultou a defesa da vítima contra a vítima já mencionada.

A denúncia foi ajuizada em XX de XXXXX de XXXX, com aditamento posterior, tendo sido ambos recebidos na íntegra pelo juízo.

Iniciada a instrução, foram ouvidos os informantes **FULANO DE TAL** (fls. 511) e **FULANO DE TAL** (fls. 512), as testemunhas **FULANO DE TAL** (fls. 514), **FULANO DE TAL** (fls. 515), **FULANO DE TAL** (fls. 516), **FULANO DE TAL** (fls. 517), além dos interrogatórios dos acusados.

Em sede de Alegações Finais por memoriais, o Ministério Público requereu a pronúncia do acusado, nos termos da denúncia e do posterior aditamento a esta realizado. Vieram os autos com vistas à Defesa Técnica para a apresentação de suas Alegações Finais por memoriais, o que ocorre oportunamente.

É o relato do necessário.

2 - DA ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA DO ACUSADO POR TER AGIDO SOB

MANIFESTA COAÇÃO MORAL
IRRESISTÍVEL

Dos elementos dos autos extrai-se que o acusado **FULANO DE TAL** agiu em manifesta coação moral irresistível, o que, nos termos do art. 22 do Código Penal, constitui excludente de culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa.

Analisando o depoimento de **absolutamente todas** as testemunhas e informantes do processo, não há qualquer indício que aponte um motivo plausível para que o acusado **FULANO DE TAL** tivesse algum interesse na morte da vítima, não se podendo, por tais depoimentos, verificar qualquer indício de autoria que permita a prolação de um decreto de pronúncia. Todas as testemunhas do processo são indiretas, sabendo somente de fatos adjacentes, mas nada contribuem para a elucidação da autoria delitiva.

Verifica-se, de outro lado, que somente os próprios acusados foram capazes de prestar informações acerca da dinâmica dos fatos. E com base nestes depoimentos, mormente no depoimento do acusado **FULANO DE TAL**, restou cristalina a existência de causa excludente de culpabilidade em relação ao réu **FULANO DE TAL**.

No depoimento de fls. 543-545, o acusado **FULANO DE TAL** narra de forma precisa a dinâmica dos

fatos, afirmando categoricamente ter coagido **FULANO DE TAL**, apontando-lhe uma arma de fogo, para que o último dirigisse seu veículo conforme a sua orientação, depois de ter desferido disparos de arma de fogo contra a vítima.

Afirmou ainda o acusado **FULANO DE TAL**, que após ele próprio ter desferido os disparos de arma de fogo contra a vítima, o corréu **FULANO DE TAL** quis descer do carro, tendo sido obrigado por **FULANO DE TAL** a continuar dirigindo, até que fosse encontrado um lugar adequado para deixarem o cadáver.

Ademais, **FULANO DE TAL** afirmou categoricamente que **FULANO DE TAL**, desde o primeiro momento, insistiu para que a vítima não entrasse no carro, pois levaria **FULANO DE TAL** ao hospital sem que houvesse necessidade da ajuda da vítima. Por essa declaração, é possível se verificar que não existiu por parte de **FULANO DE TAL, em nenhum momento**, qualquer ânimo homicida, tendo sua participação nos fatos se resumido a ser o motorista do veículo onde o crime ocorreu.

Após efetuados os disparos por **FULANO DE TAL**, sob coação moral irresistível praticada por este, **FULANO DE TAL** ajudou a jogar o cadáver para fora do veículo, com ambos os réus fugindo do local.

Sem razão lógica a afirmação do Ministério Público, no sentido de que **FULANO DE TAL** deveria ter comunicado os fatos à polícia, pois vários obstáculos a essa comunicação estão demonstrados, como uma possível auto-incriminação, a delação do amigo **FULANO DE TAL** e uma provável represália que pudesse sofrer por parte do último, acaso os fatos fossem comunicados por **FULANO DE TAL** à autoridade policial.

Se houve por parte de **FULANO DE TAL** o ânimo de encobrir a ação homicida praticada por **FULANO DE TAL**, então que o Ministério Público o denunciasse pelo delito de **favorecimento pessoal**, mas nunca pela participação num crime de homicídio qualificado, pois agira sob **coação moral irresistível**.

Impertinentes as alegações finais do Ministério Público, eis que dissociadas do panorama fático-probatório e baseadas tão somente em suposições, mas não na prova que realmente fora colhida. Inadmissível a afirmação de que os acusados **FULANO DE TAL** e **FULANO DE TAL** mentiram em juízo **quando não há nenhuma prova nos autos que seja apta a se contrapor aos seus depoimentos**.

Se o próprio réu **FULANO DE TAL** afirmou ter praticado coação moral irresistível contra **FULANO DE TAL**, deveria o Ministério Público, ao desmentir tal afirmação, demonstrar prova em contrário por meio de testemunha, documento ou laudo pericial, o que não foi feito. O *parquet* se limitou a suposições desprovidas de fundamento, sem apontar absolutamente nada que indicasse que o réu **FULANO DE TAL** agira com livre capacidade de autodeterminação.

Ressalte-se que os depoimentos dos três acusados são absolutamente coerentes entre si, **não havendo qualquer outra prova nos autos capaz de desmenti-los**. O decreto de pronúncia exige somente a existência de indícios. **Entretanto, meras suposições são insuficientes para a prolação da decisão.**

Tendo em vista os depoimentos colhidos em juízo, torna-se imperativa a aplicação do art. 415, IV do Código de Processo Penal.

“Art. 415. O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando (...)

IV - demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime.”

Sendo assim, requer a Defesa Técnica a ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA do acusado Renato Gomes Barbosa, na forma do art. 415, IV do Código de Processo Penal.

Nestes termos.

Pede deferimento.

XXXXXX-XX, XX de XXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

Defensor Público